

Prefeitos se mostram otimistas com os resultados do seminário de Salvador

O prefeito de Salvador e coordenador do Grupo Temático de Transporte da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Henrique Carneiro considerou "muito positivo" o seminário *Barateamento e Qualidade no Transporte Coletivo Urbano*, realizado pela Frente em seu município. "Avançamos em levar para o presidente da República propostas já amadurecidas, propostas tecnicamente corretas, pacíficas e de pouca polêmica. Propostas que foram estudadas ao longo de alguns anos, desde quando aconteceu aquele primeiro episódio devastador, aqui em Salvador, quando a praça municipal virou um palco de guerra".

Compartilhar. O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva, afirmou que a responsabilidade pela busca de alternativas de barateamento não pode recair apenas sobre os ombros do governo federal.

Frisou que, ao lado de medidas que dizem respeito à esfera federal, é preciso atentar para questões que estão nas mãos da administração local, citando como exemplo a necessidade de ser disciplinado o transporte público, de haver o combate ao transporte clandestino e de se proceder à eliminação de sobreposição de linhas. "No controle do custo das tarifas, a União pode dar sua contribuição,

subsidiando o preço do óleo diesel. Os estados também podem dar uma contribuição. A sociedade também deve ajudar, atuando no controle".

Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte, assegura que a questão do barateamento das tarifas do transporte coletivo urbano "entrou definitivamente na pauta dos prefeitos". Ele acrescentou ser correta a idéia de compartilhar responsabilidades. "Não queremos, de forma alguma, empurrar o problema para outro nível de governo, seja estadual, seja federal. Queremos é compartilhar com eles. Nós também temos a nossa parte, vamos fazê-la, queremos fazê-la, mas precisamos da ajuda desses dois outros níveis de governo. Estou otimista".

Política nacional. As conclusões do seminário deixaram o prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, muito satisfeito. Isso, segundo ele próprio, pelo fato de ter ficado definido o entendimento de que o transporte coletivo urbano é uma questão de política nacional. "Essa omissão não pode mais existir. Por uma razão simples: mesmo que dependa da construção de um pacto federativo e de um processo de contratualização metropolitana, estadual ou nacional, quem pode conduzir isso é o governo da União".

Capitais desenvolvem alternativas para o barateamento das tarifas

O prefeito de Manaus, Serafim Correia, disse que várias das propostas feitas para o barateamento dos custos das passagens coincidem com bandeiras defendidas por sua candidatura na recente campanha eleitoral, algumas das quais implantadas pelo município e pelo governo do Estado do Amazonas.

Ele explicou que houve em Manaus a eliminação, por parte do governo do Estado do Amazonas, do ICMS incidente sobre o diesel, em decorrência de um entendimento entre as duas esferas administrativas. O município reduziu o ISS para 2% e eliminou as taxas de gerenciamento, o que reduziu, no cômputo geral, 9% de tributos da esfera municipal e 5% da esfera estadual. "Com isso, foi possível manter a tarifa em R\$1,50".

A prefeitura da capital amazonense recorreu a um estudo técnico para basear sua decisão. Foi nomeada uma comissão, com representantes da Câmara Municipal, do Governo do Estado, do Conselho de Economia, do Conselho de Contabilidade,

do Ministério Público, e após 45 dias de trabalho, com a planilha aberta, houve uma audiência pública, com assessoria do IBAM.

Curitiba. Ao assumir, o prefeito Beto Richa, de Curitiba, congelou em R\$1,90 a tarifa do sistema que atende à capital e aos 13 municípios da região metropolitana. Paralelamente, criou uma comissão de estudos tarifários, reunindo o Ministério Público, a OAB, a Pontifícia Universidade Católica, Universidade Federal e representantes do governo do Estado, da Câmara Municipal, do sindicato empresarial e do sindicato de motoristas e cobradores. Essa comissão concluirá seus estudos em junho.

Segundo o prefeito, a tarifa domingueira, de R\$1,00, estimula o convívio familiar e o lazer, e torna parques, praças, igrejas e o comércio mais movimentados. Aos domingos, cresceu 40% o número de passageiros. Já o congelamento trouxe aumento da receita e do número de passageiros nos dias úteis.

Marcha da Reforma Urbana defende direito ao transporte público de qualidade

A promoção de políticas que garantam o acesso ao transporte público de qualidade, o barateamento das tarifas, mais ciclovias e o amplo acesso à mobilidade urbana fazem parte das propostas do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) para a Marcha Nacional pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, em direção a Brasília, marcada para o mês de agosto de 2005.

Sensibilização. De acordo com a FNRU – que participa do MDT –, a Marcha tem como objetivo geral sensibilizar o governo e a sociedade para as profundas desigualdades sociais que se expressam na cidade, em especial, o déficit habitacional.

Depois de um processo preparatório, iniciado em abril e que se estenderá até julho, a FNRU realizará um ato em Goiânia, no dia 12 de agosto de 2005, uma sexta-feira, data do encerramento, naquela capital, do 15º Congresso da ANTP.

A Marcha começará no dia 15 de agosto, em Samambaia, Goiás, e chegará à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em 16 de agosto. Os participantes montarão acampamento na Esplanada até 19 de agosto e buscarão audiências com o presidente da República, ministros e presidentes do Senado e da Câmara Federal.

CONAM inclui direito ao transporte público na pauta de debates de seu 9º Congresso

Lutar pelo direito ao transporte público com qualidade e preço acessível, por uma política de ampla mobilidade urbana, pela integração entre os vários sistemas de transporte público de massa e por uma política de ampliação dos trens e metrô nas regiões metropolitanas.

Esses são os pontos sobre transporte público constantes da plataforma de debate do 9º Congresso da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), de 26 a 29 de maio de 2005, em Brasília.

Plataforma. Ao todo, a plataforma de debates tem 53 pontos, compreendendo, além do transporte público, também os seguintes temas: política internacional, política nacional, reforma urbana (moradia e saneamento), saúde, educação (criança e adolescente). A plataforma traz também pontos referentes à postura contra formas de preconceito e discriminação e à organização da CONAM e de suas afiliadas.

PESQUISA EM TRANSPORTES. O "Panorama da Pesquisa em Transportes 2004", apresentado pela ANPET em seu XVIII Congresso, registrou o envio de 454 trabalhos ao Comitê Científico, dos quais 229 foram publicados nos Anais em CD-ROM. Os trabalhos estão agrupados em Artigos (136), Comunicações Técnicas (45) e Relatórios de Dissertação (48). Os artigos foram classificados em cinco temas: a) Pavimentos: 31; b) Engenharia e Segurança de Tráfego: 29; c) Planejamento de Transportes: 31; d) Logística: 20; e) Política, Economia e Gestão de Transportes: 25. Fonte: BRASILEIRO, Anísio; KRAUS JR., Werner. *Panorama Nacional da Pesquisa em Transportes 2004*. R. Janeiro: ANPET, 2005.

SEGURANÇA VIÁRIA. A ONU dedicou o ano de 2004 à segurança viária. Avalia-se que em 2020 os acidentes viários se constituirão na 3ª maior causa de mortes, caso não se faça algo a partir de agora. Foram formuladas 5 recomendações:

1- Criar um órgão coordenador para orientar as atividades; 2- Avaliar o problema, as políticas e o marco institucional referentes aos traumatismos, assim como a capacidade preventiva; 3- Preparar uma estratégia e um plano de ação nacional de segurança viária; 4- Designar recursos financeiros e humanos para tratar o problema; 5- Aplicar medidas concretas para prevenir acidentes, reduzir ao mínimo os traumatismos e suas conseqüências, e avaliar as repercussões destas medidas. Fonte: Boletim FAL (CEPAL). nº 218, oct. 2004 (www.eclac.cl).

ORIENTAÇÃO AO USUÁRIO Pesquisa conduzida no Metrô de Paris examina o impacto de uma política de orientação ao usuário. Análise detalhada de dois princípios gerenciais adotados na relação com o cliente: (1) o princípio da polivalência, versatilidade dos agentes e (2) o princípio que coloca o cliente no centro da organização. O estudo foi realizado na Linha 14, onde o metrô opera sem condutor, e servirá como piloto para toda a rede. Uma das conclusões é o reconhecimento pelo Metrô que sua função não se limita apenas a transportar, mas deve atuar em outras dimensões, como o acesso à rede, conforto e provisão de informações. Para isso, conta com um moderno sistema administrativo atuando em cada linha, com total

PANORAMA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

TRANSPORTE (IN)ACESSÍVEL

Pesquisa conduzida pelo Ministério das Cidades revela que apenas 4,5% dos ônibus brasileiros têm algum tipo de adaptação para o transporte de deficientes físicos. O questionário foi enviado para um conjunto de 437 cidades, mas apenas 218 responderam. Estas cidades contam com uma frota estimada em 48,2 mil ônibus, 42% do total que se prevê em operação no País, de 115 mil ônibus. Destes 48,2 mil, apenas 2.191 ônibus oferecem algum tipo de acessibilidade aos deficientes: 963

autonomia gerencial. Fonte: RTS *Recherche Transports Sécurité*. nº 84, sep. 2004, p. 189-202 (www.lavoisier.fr)

GÁS NATURAL. A necessidade do GNV no transporte público urbano se deve a três fatores: (1) carência energética, (2) rígida política ambiental e (3) barateamento das tarifas. Tais fatores são detalhados no relatório final recém-lançado pela NTU. O relatório descreve as experiências já realizadas, aponta os fatores críticos que podem comprometer o sucesso do programa, propõe caminhos para se atingir o pleno êxito e sugere uma política de substituição do diesel pelo gás natural. Fonte: NTU. *GNV: Gás Natural Veicular – Utilização do Transporte Público Urbano. Relatório Final*. Brasília, out. 2004 (www.ntu.org.br)

TRENS URBANOS. Lançado o CD-ROM sobre o V Curso *Internacional de Treinamento em Sistemas de Trens Urbanos*, patrocinado pela JICA-Japan International Cooperation Agency e realizado pela Trensurb em Porto Alegre no período de 12 de abril a 13 de

maio de 2004. O objetivo é a difusão de tecnologia do transporte urbano sobre trilhos, fornecendo os elementos fundamentais relativos ao planejamento, projeto, implantação, operação e manutenção de sistemas de trens urbanos. O curso, dirigido aos técnicos latino-americanos e africanos que falam a língua portuguesa, é dado pela diretoria da Trensurb e por especialistas convidados. Fonte: *Trensurb*. CD-ROM do curso. 2004.

RECURSOS HUMANOS. Resultado de um seminário organizado pela Comissão de Recursos Humanos da UITP em outubro passado, em torno do tema "Como ter certeza de que as competências dos empregados sejam valorizadas e geridas corretamente, com a finalidade de oferecer um transporte público de qualidade?". Participaram do evento cerca de 100 delegados de diversos países, cujo interesse principal foi desenvolver novos enfoques na gestão de pessoal e estimular técnicas de motivação entre os funcionários das empresas metroviárias. Fonte: *Public Transport International*. v. 54, nº 1/2005. (www.uitp-pti.com).

RIO DE JANEIRO A PÉ

Quase metade dos cariocas e fluminenses já deixou de viajar de ônibus para economizar. É o que revela a pesquisa sobre transportes coletivos, realizada pelo IBOPE, sob encomenda da FETRANSPOR. A amostra contou com 1.512 entrevistas e abrangeu toda a Região Metropolitana. O ônibus se destaca como o meio mais utilizado (81%) em contraste com as Vans (31%), automóvel (16%) e metrô (11%). pergunta

sobre qual melhor opção para reduzir os engarrafamentos, a resposta foi criar mais corredores de ônibus (40%), enquanto que a criação de novas linhas de metrô obteve apenas 24% e a limitação de acesso dos carros às regiões congestionadas ficou com 9%. Fonte: *FETRANSPOR/IBOPE. Pesquisa de opinião sobre os transportes coletivos*. Set. 2004 e *Revista Ônibus*. nº 30, mar. 2005 (www.fetranspor.com.br).

POLÍTICA DE TRANSPORTES. O ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, afirmou que até julho deste ano o governo deverá enviar ao Congresso uma proposta de desoneração parcial da folha de pagamento, transferindo parte dos encargos trabalhistas para o faturamento das empresas de transportes públicos, com a finalidade de baratear a tarifa. Ele descartou, no entanto, a criação agora de um vale-transporte social. Mas garantiu o empenho do governo nesta questão e reiterou que a condição fundamental para o exercício dos demais direitos básicos do cidadão é o direito ao transporte, "pois sem mobilidade física não há nem como chegar à escola, ao hospital ou ao trabalho". Fonte: *Revista Ônibus*. nº 30, mar. 2005 (www.fetranspor.com.br)

METRÔ-CABO. Inaugurado em Medellín, Colômbia, um sistema de transporte por cabo aéreo liga alguns morros densamente povoados no metrô, sem acréscimo na tarifa. O sistema conta com 90 cabines, cada uma transportando 10 pessoas num intervalo de 12 segundos e 3 mil passageiros/hora. Sua operação se dá 18 horas por dia, funcionando no período noturno por baterias solares carregadas durante o dia. O trajeto do metrô-cabo, de dois quilômetros, custou US\$23 milhões e foi construído em 14 meses numa parceria entre o Metrô de Medellín e a Prefeitura da Cidade. Fonte: *Passenger Transport*. v. 62, nº 35, sep. 6, 2004. (www.apta.com)

METRÔ SUBURBANO. A SuperVia completou seis anos como concessionária do sistema de trens metropolitanos do Rio de Janeiro, e seu presidente, Paulo Bello, fez um balanço do período. O número de passageiros por dia útil passou de 150 para 380 mil; a frota de trens passou de 35 para 144 e os investimentos de 1998 até hoje somam R\$324 mil. Como parte do PET-Programa Estadual de Transportes, a SuperVia terá a frota ampliada para 180 trens e poderá operar com um intervalo de 5 minutos. A capacidade de oferta será de aproximadamente 900 mil lugares/dia, com uma qualidade de serviço igual a de um metrô de superfície. Fonte: *Transurbana*. nº 7, nov. 2004. p. 6 (www.transurbana.com)